

MAPA DE RISCOS

Prefeitura Municipal de Tarumã

Objeto: Aquisição eventual de Pães e Lanches

Data: 26/09/2024

RISCO	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			ANÁLISE DO RISCO			RESPOSTA AO RISCO		
	Fase	Possíveis causas do risco	Possíveis consequências	Probabilidade da Ocorrência	Impacto	Apetite a risco	Ações preventivas	Ações contingenciais	Responsável pelas ações de controle
Risco de não atendimento às especificações técnicas	MACROPROCESSO: PLANEJAMENTO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	1. Risco do produto não atender a demanda da prefeitura	1. Dano ao erário e consequente prejuízo para a Administração Pública;	Baixo	alto	Alto	1. Elaborar de forma detalhada as especificações técnicas do objeto do certame;	1. Refazer, sanear, revogar ou anular o procedimento, conforme o caso;	Contratante
Falha na elaboração ou inexistência de Matriz de Alocação de Riscos prevista no art. 22, § 3º	MACROPROCESSO: PLANEJAMENTO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	1. Falta de estipulação de uma metodologia para alocação de riscos; 2. Alocação de risco sem análise do caso concreto ou mal elaborada; 3. Falta de capacitação dos agentes públicos.	1. Problemas durante a execução do contrato, sobretudo quanto ao equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes; 2. Interrupção de fornecimento ou execução decorrente de conflitos entre a Administração Pública e a empresa contratada; 3. Dano/prejuízo ao erário;	Baixo	alto	Alto	1. Desenhar um modelo ou adotar uma metodologia própria para análise e alocação de riscos; 2. Conhecer o mercado na fase de planejamento; 3. Capacitar os agentes públicos; 4. Adotar controles nos termos do art. 169; 5. Regulamentar/definir uma metodologia de alocação de riscos, as responsabilidades e as competências.	1. Refazer, sanear, revogar ou anular o procedimento, conforme o caso; 2. Instaurar processo administrativo para apurar responsabilidades e possível dano ao erário; 3. Rescindir o contrato, a depender do momento; 4. Adotar as medidas previstas no § 3º, art. 169, inclusive, com a apuração da vantajosidade na manutenção do procedimento/contrato.	Contratante
Demanda de contratação (compra ou prestação de serviço) não incluída no Plano de Contratações Anual (PCA)	MACROPROCESSO: PLANEJAMENTO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	1. Falta de planejamento; 2. Dificuldade e/ou falha na gestão e fiscalização dos contratos vigentes; 3. Demanda imprevisível, urgente ou de emergência;	1. Prejuízo ao planejamento das contratações, inclusive orçamentário e financeiro; 2. Descontinuidade da contratação; 3. Impossibilidade de inclusão posterior no calendário de licitações previsto; 4. Contratação por emergência por falta de planejamento e/ou desídia, podendo caracterizar uma contratação; 5. Insuficiência de disponibilidade orçamentária para arcar com a despesa; 6. Dano/prejuízo ao erário.	Baixo	alto	Alto	1. Conscientizar e sensibilizar a área demandante; 2. Regulamentar, criar normas; 3. Capacitar os agentes públicos; 4. Adotar controles nos termos do art. 169; 5. Criar checklist para verificar se a demanda está incluída no Plano de Contratações Anual (PCA).	1. Alterar/ajustar, posteriormente, o Plano de Contratações Anual (PCA) e, se for o caso, realizar adequações no orçamento; 2. Instaurar processo administrativo para apurar responsabilidades e possível dano ao erário; 3. Ajustar, se possível, o calendário de licitações para o exercício; 4. Adicionar a demanda no Plano de Contratações Anual (PCA) do próximo exercício para sua contratação oportuna.	Contratante
Riscos de danos durante o transporte	MACROPROCESSO: PLANEJAMENTO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	1. Os lanches podem sofrer algum dano no processo de entrega.	1. Pode resultar em custos adicionais ou atraso na entrega	Baixo	Baixo	Tolerável	1. Solicitar garantia junto a contratada que entrega será realizada por meios confiáveis.	1. Acionar as possíveis penalidades contratuais;	Contratante
Erro na estimativa das quantidades	MACROPROCESSO: PLANEJAMENTO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	1. Falha no planejamento das compras/serviços.	1. Falta de material/serviços ou desperdício; 2. Prejuízo para elaboração da proposta; 3. Dano/prejuízo ao erário; 4. Retrabalho.	Baixo	Baixo	Tolerável	1. Implantar controles/métodos de estimativa das necessidades; 2. Garantir controle do histórico de compras e uso dos materiais/serviços; 3. Realizar estudo aprofundado das necessidades; 4. Capacitar os agentes públicos.	1. Refazer, sanear, revogar ou anular o procedimento, conforme o caso; 2. Instaurar processo administrativo para apurar responsabilidades e possível dano ao erário; 3. Aditivar ou suprimir quantidades, caso já haja contrato.	Contratante

Estimativa de preços incorreta, insuficiente ou falha	MACROPROCESSO: PLANEJAMENTO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	1. Coleta insuficiente de preços e/ou desconformidade com o previsto em lei, sem justificativa; 2. Falta de procedimento padrão e de métodos para tratar os preços obtidos; 3. Desconhecimento do mercado; 4. Falha da descrição do objeto.	1. Aceitação de preços acima da faixa praticada no mercado (sobrepço ou superfaturamento); 2. Descolamento do valor estimado da contratação dos preços de mercado; 3. Licitação fracassada ou deserta; 4. Resultado antieconômico; 5. Dano/prejuízo ao erário; 6. Retrabalho.	Baixo	Baixo	alto	1. Padronizar os documentos e os fluxos dos processos; 2. Regular e criar método (normativa ou outro) com procedimentos para elaboração de estimativas de preço; 3. Capacitar os agentes públicos.	1. Refazer, sanear, revogar ou anular o procedimento, conforme o caso; 2. Instaurar processo administrativo para apurar responsabilidades e possível dano ao erário.	Contratante
Indisponibilidade orçamentário-financeira	MACROPROCESSO: PLANEJAMENTO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	1. Falha no planejamento; 2. Falha na execução do Plano de Contratações Anual (PCA); 3. Incompatibilidade entre o Plano de Contratações Anual (PCA) e o Planejamento Orçamentário-Financeiro.	1. Impossibilidade de comprar e/ou contratar; 2. Custos desnecessários com procedimento licitatório ou com a instrução de processo de contratação direta; 3. Não atendimento do interesse público; 4. Prejuízos para o atendimento das finalidades institucionais; 5. Dano/prejuízo ao erário.	baixo	baixo	alto	1. Padronizar fluxos dos processos; 2. Regular e criar métodos para garantir que haja a respectiva reserva orçamentária no processo; 3. Capacitar os agentes públicos; 4. Adequar o Planejamento Orçamentário-Financeiro do órgão, levando em consideração o Plano de Contratações Anual (PCA).	1. Realizar adequação orçamentária posterior, quando possível; 2. Revisar o Plano de Contratações Anual (PCA); 3. Refazer, sanear, revogar ou anular o procedimento, conforme o caso; 4. Instaurar o processo administrativo para apurar responsabilidades e possível dano ao erário.	Contratante
Ausência de justificativa para o não parcelamento do objeto (em itens)	MACROPROCESSO: PLANEJAMENTO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	1. Desconhecimento do mercado.	1. Irregularidade no procedimento licitatório; 2. Prejuízo à economicidade, à competição, à execução contratual e ao interesse público; 3. Restrição da competitividade; 4. Prejuízo à escolha da proposta mais vantajosa; 5. Dano/prejuízo ao erário.	baixo	baixo	alto	1. Capacitar os agentes públicos; 2. Adotar controles nos termos do art. 169; 3. Realizar Estudo Técnico Preliminar (ETP); 4. Elaborar checklist; 5. Regular e criar normas.	1. Refazer, sanear, revogar ou anular o procedimento, conforme o caso; 2. Instaurar processo administrativo para apurar responsabilidades e possível dano ao erário;	Contratante
Erro procedimental no uso das modalidades de licitação e/ou procedimentos auxiliares	MACROPROCESSO: PLANEJAMENTO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	1. Falta de planejamento que impacta no prazo disponível para realização do procedimento.	1. Prejuízo à competição e/ou à vantagem das propostas; 2. Realização de procedimento deficiente; 3. Dano/prejuízo ao erário; 4. Retrabalho.	baixo	baixo	alto	1. Capacitar os agentes públicos; 2. Adotar controles nos termos do art. 169; 3. Conscientizar e estimular a participação do órgão de assessoria jurídica e das áreas técnicas no desenvolvimento da melhor solução; 4. Padronizar procedimentos.	1. Refazer, sanear, revogar ou anular o procedimento, conforme o caso; 2. Instaurar processo administrativo para apurar responsabilidades e possível dano ao erário;	Contratante
Direcionamento da contratação	MACROPROCESSO: PLANEJAMENTO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	1. Estudo Técnico Preliminar (ETP) deficiente; 2. Levantamento de mercado, descrição do objeto e/ou requisitos de habilitação inadequados; 3. Especificações incompletas ou com requisitos e exigências irrelevantes ou indevidamente restritivos; 4. Desconhecimento de mercado.	1. Prejuízo à competição e à isonomia; 2. Contratação antieconômica e menos vantajosa para a administração; 3. Lesão ao interesse público; 4. Cometimento de infrações; 5. Dano/prejuízo ao erário;	baixo	baixo	alto	1. Aprimorar os Estudos Técnicos Preliminares (ETPs) e os Termos de Referência (TRs); 2. Capacitar os servidores; 3. Realizar estudo do mercado; 4. Adotar o princípio da "padronização", previsto no artigo 40, V, "a", e criar "catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras", previsto no artigo 19, inciso II; 5. Evitar menção à marca, quando injustificado ou quando a referência indicar apenas um fornecedor;	1. Reelaborar ou revisar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR); 2. Corrigir e republicar o edital; 3. Refazer, sanear, revogar ou anular o procedimento, conforme o caso.	Contratante
Definição inadequada do modelo de execução e/ou de gestão	MACROPROCESSO: PLANEJAMENTO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	1. Falta de conhecimento sobre o objeto da licitação e do mercado; 2. Falha na elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR).	1. Prejuízo à execução contratual e à satisfação do contrato; 2. Lesão ao interesse público; 3. Dano/prejuízo ao erário; 4. Retrabalho.	baixo	baixo	alto	1. Capacitar os agentes públicos; 2. Adotar controles nos termos do art. 169; 3. Adotar o princípio de segregação de funções, de modo que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR) seja realizada por servidores conhecedores do mercado (setor demandante); 4. Padronizar os documentos e o checklist.	1. Retomar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) para aprimorar esse quesito; 2. Corrigir o edital e/ou revogar/anular o certame para correção/republicação; 3. Refazer, sanear, revogar ou anular o procedimento, conforme o caso;	Contratante

Impossibilidade de iniciar ou finalizar a licitação de serviços e fornecimentos contínuos sem nova licitação	MACROPROCESSO: PLANEJAMENTO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	1. Falha ou omissão no planejamento; 2. Problemas durante o andamento do novo procedimento licitatório, tais como licitação fracassada, deserta ou atraso devido à judicialização do processo.	1. Descontinuidade da prestação dos serviços; 2. Contratos emergenciais indevidos; 3. Dano/prejuízo ao erário; 4. Retrabalho.	baixo	baixo	alto	1. Estabelecer sistema de controle de contrato para a área demandante solicitar prorrogação de prazo ou enviar nova demanda em prazo hábil; 2. Criar calendário de contratação, com base no Plano de Contratações Anual (PCA), que estabeleça prazo máximo para envio da demanda pela área requisitante.	1. Contratar, provisoriamente, com dispensa de licitação, para dar continuidade aos serviços ou aos fornecimentos; 2. Instaurar processo administrativo para apurar responsabilidades e possível dano ao erário.	Contratante
Subcontratação indevida e delegação da execução do contrato	MACROPROCESSO: EXECUÇÃO CONTRATUAL	1. Falta de conhecimento do mercado e falha na elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR) para fins de delimitação da parcela passível de subcontratação; 2. Omissão do edital e/ou inexistência de regulamento em relação à parcela passível de subcontratação; 3. Direcionamento da contratação e/ou insuficiência de requisitos de habilitação.	1. Perda de qualidade na entrega do objeto contratual; 2. Direcionamento da licitação e prejuízo na seleção na proposta mais vantajosa; 3. Eventual anulação do processo licitatório e rescisão do contrato; 4. Falta de análise dos requisitos de habilitação da empresa subcontratada; 5. Descontinuidade do serviço público; 6. Dano/prejuízo ao erário.	baixo	baixo	alto	1. Elaborar Estudo Técnico Preliminar (ETP) por servidor que conheça o objeto, contemplando a análise das parcelas passíveis de subcontratação; 2. Definir modelo de Estudo Técnico Preliminar (ETP) que contemple o estudo sobre a subcontratação do objeto; 3. Adotar o princípio da segregação de funções; 4. Criar checklist para elaborar o Edital.	1. Sanear ou rescindir o contrato; 2. Instaurar processo administrativo para apurar responsabilidades e de possível dano ao erário; 3. Instaurar processo administrativo para apurar a responsabilidade da empresa contratada (art. 158).	Contratante
Ausência de indicação formal de gestor e fiscal do contrato e/ou falta de disponibilidade para realizar a fiscalização	MACROPROCESSO: EXECUÇÃO CONTRATUAL	1. Falta de compreensão, por parte dos agentes públicos designados, da amplitude das responsabilidades assumidas; 2. Ausência de procedimento desenhado e de critérios objetivos para a fiscalização do contrato; 3. Falta de padronização das minutas de contrato e de Termo de Referência indicando o gestor/fiscal.	1. Falhas ou ausência na fiscalização contratual e prejuízo para a Administração Pública; 2. Responsabilização administrativa, civil e penal do fiscal/gestor por falhas; 3. Responsabilização da autoridade competente por descumprimento de obrigação legal; 4. Recebimento de objeto distinto do que foi contratado; 5. Prestação do serviço de modo intempestivo e/ou necessidade de troca de bens ou de mercadorias extemporaneamente; 6. Dano/prejuízo ao erário.	baixo	baixo	alto	1. Indicar, na etapa de planejamento, os possíveis gestores/fiscais do contrato, como requisito para publicação do edital/contratação, mediante regulamentação interna; 2. Nomear equipe multidisciplinar para fiscalizar o contrato, conforme a complexidade do objeto; 3. Capacitar os agentes públicos; 4. Criar procedimento para que os fiscais e gestores firmem termo de compromisso reconhecendo a integralidade das responsabilidades assumidas.	1. Sanear o processo de contratação, com a indicação do gestor/fiscal; 2. Instituir servidor ou comissão para avaliar impactos decorrentes da falta de fiscal/gestor durante a execução contratual, a fim de responsabilizar a empresa contratada ou tomar medidas para regularizar o contrato, caso necessário.	Contratante
Risco de sobrepreço	MACROPROCESSO: EXECUÇÃO CONTRATUAL	1. No momento dos lances, pode haver o risco dos fornecedores apresentarem preços que fiquem acima do mercado devido as exigências de pequeno prazo para entrega, instalação e treinamento.	1. Licitação fracassar	Alto	Alto	Alto	1. Garantir que o processo de cotação consiga ter parâmetros de custos	1. Refazer, sanear, revogar ou anular o procedimento, conforme o caso;	Contratante
Divergências com a contratada sobre a quantidade e/ou qualidade demandada e executada	MACROPROCESSO: EXECUÇÃO CONTRATUAL	1. Falta de clareza na identificação e/ou na especificação e/ou na quantificação do objeto no Termo de Referência e/ou no contrato; 2. Designação de fiscal/gestor que desconhece o objeto contratual; 3. Elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) e de Termo de Referência (TR) por servidor que desconhece o objeto do processo.	1. Paralisação da execução contratual e eventual discussão administrativa ou judicial; 2. Pagamento por serviços não prestados e/ou insatisfatórios e consequente prejuízo para a Administração Pública; 3. Custos desnecessários para realizar um novo processo licitatório; 4. Dano/prejuízo ao erário.	baixo	baixo	alto	1. Incluir, no modelo de execução, os recursos necessários para garantir a medição do contrato, inclusive listas de verificação para o recebimento provisório e definitivo; 2. Designar servidores com conhecimento técnico sobre o objeto de contrato, seja na Fase Preparatória, seja para exercer a função de fiscal/gestor do contrato; 3. Indicar uma ou mais marcas para servir como referência, nos termos do art. 41, I, da Lei 14.133/2021.	1. Formalizar a divergência levantada e comunicar à autoridade competente, abrindo prazo para manifestação da contratada e demais procedimentos administrativos necessários para decisão pela Administração.	Contratante

Pagamento antecipado irregular	MACROPROCESSO: EXECUÇÃO CONTRATUAL	1. Situação emergencial, inclusive por falta de planejamento; 2. Falta de motivação e de justificativa da vantagem e/ou condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço.	1. Não entrega do produto/serviço contratado e consequente dano para a Administração Pública; 2. Possibilidade de responsabilização dos agentes públicos envolvidos; 3. Prejuízo à continuidade da prestação do serviço público; 4. Quebra na ordem cronológica de pagamentos.	baixo	baixo	alto	1. Criar/regulamentar normas internas; 2. Criar checklist; 3. Segregar funções que permitam adoção de melhores controles; 4. Utilizar garantias contratuais, no caso de haver pagamento antecipado, nas hipóteses legais, mediante justificativa.	1. Sanear ou rescindir o contrato; 2. Instaurar processo administrativo para apurar a responsabilidade da empresa contratada (art. 158); e 3. Executar eventuais garantias contratuais.	Contratante
Pagamento por produtos não entregues/serviços não prestados	MACROPROCESSO: EXECUÇÃO CONTRATUAL	1. Deficiência ou ausência de fiscalização no recebimento do objeto; 2. Inexistência ou falta de mecanismos de controle prévio/concomitante sobre a gestão do contrato;	1. Dano ao erário e consequente prejuízo para a Administração Pública; 2. Possibilidade de responsabilização da empresa contratada ou dos agentes públicos.	baixo	baixo	alto	1. Garantir que a medição e/ou o recebimento não seja(m) realizado(s) por meio exclusivo de relatório entregue pela contratada; 2. Observar o regime de execução contratado no momento da medição; 3. Elaborar checklist com lista de verificação para medição e para recebimento provisório pelo fiscal e/ou gestor do contrato;	1. Instaurar processo administrativo para apurar responsabilidades e possível dano ao erário. 2. Instaurar processo de responsabilização das empresas que tenham praticado ilícito contra a Administração Pública.	Contratante
Atraso ou quebra da ordem cronológica do pagamento das faturas sem a devida justificativa	MACROPROCESSO: EXECUÇÃO CONTRATUAL	1. Falta de previsão orçamentária e/ou de disponibilidade financeira; 2. Divergências quanto à medição e/ou à entrega do objeto.	1. Suspensão e/ou Extinção do contrato por parte da contratada, quando o atraso for superior a dois meses, contados a partir da emissão da nota fiscal (art. 137, §2º, IV c/c § 3º, II), com o consequente prejuízo na satisfação do interesse público; 2. Solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, podendo resultar em prejuízo à Administração Pública.	baixo	baixo	alto	1. Elaborar o planejamento financeiro e orçamentário corretamente; 2. Desenvolver fluxos internos e de controles para respeitar a ordem cronológica de pagamentos; 3. Definir, com clareza, o objeto e as condições contratuais na fase de planejamento.	1. Realizar o registro do(s) motivo(s) e comunicar a autoridade para, a depender do caso, adotar providências, quando houver atraso ou quebra da ordem cronológica; 2. Apurar o valor devido ao credor prejudicado e determinar o pagamento.	Contratante
Não exigência de comprovação de regularidade com a Fazenda Pública	MACROPROCESSO: EXECUÇÃO CONTRATUAL	1. Falta de rotinas que exijam a conferência dos documentos que demonstram a regularidade da contratada no curso da execução do contrato.	1. Dano/prejuízo ao erário; 2. Retrabalho; 3. Possibilidade de responsabilização civil, administrativa e criminal dos agentes públicos responsáveis pelo contrato e dos terceiros envolvidos.	baixo	alto	alto	1. Adotar modelos de editais que estabeleçam a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação; 2. Adicionar, ao edital e/ou ao instrumento contratual, cláusula de penalidade para os casos de inadimplemento das obrigações pela contratada.	1. Adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa; 2. Instaurar processo administrativo para apurar responsabilidades e possível dano ao erário.	Contratante
Concessão de reajuste ou reequilíbrio indevido	MACROPROCESSO: EXECUÇÃO CONTRATUAL	1. Não apresentação dos documentos que comprovem o desequilíbrio do contrato; 2. Não realização do pedido no prazo legal; 3. Omissão da previsão de reajuste em instrumento contratual, adotando índices inadequados.	1. Reequilíbrio e determinação de devolução dos valores; 2. Desgaste de relacionamento com a contratada e consequente prejuízo para a execução contratual; 3. Dano/prejuízo ao erário.	alto	alto	alto	1. Definir procedimento administrativo que certifique/valide a apuração do cálculo apresentado; 2. Elaborar checklist para instruir os pedidos de reequilíbrio e de reajuste.	1. Verificar a possibilidade de anulação parcial ou total do reajuste ou do reequilíbrio não formalizados ou formalizados de forma inadequada, inclusive com a adoção de meios alternativos para resolução da controvérsia; 2. Restituir valores pagos indevidamente e, quando possível, mediante descontos sobre pagamentos pendentes ou execução da garantia.	Contratante

Inexistência ou falha na definição de critérios para a aplicação das sanções	MACROPROCESSO: EXECUÇÃO CONTRATUAL	1. Ausência de procedimentos padrão e de checklists nos processos administrativos sancionatórios e de responsabilização; 2. Falha na elaboração do edital.	1. Não aplicação ou aplicação de penalidade indevida; 2. Insegurança jurídica para os licitantes, que deixam de participar da licitação; 3. Prejuízo à execução contratual e/ou dano ao erário; 4. Falta de critérios e/ou padrões na aplicação das sanções; 5. Descumprimento do dever de apurar e de punir.	alto	alto	alto	1. Criar política para uma adequada segregação de funções; 2. Adotar controles nos termos do art. 169; 3. Fornecer estrutura adequada para os servidores e os para setores por parte da Administração; 4. Estabelecer ou adequar os critérios para aplicar as sanções durante o planejamento da contratação (Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência – TR, entre outros).	1. Refazer, sanear, revogar ou anular o procedimento, conforme o caso; 2. Rescindir o contrato, a depender do momento; 3. Adotar as medidas previstas no § 3º, art. 169, inclusive, com a apuração da vantajosidade na manutenção do procedimento/ contrato	Contratante
Falha na apuração e aplicação de penalidades	MACROPROCESSO: EXECUÇÃO CONTRATUAL	1. Ausência de procedimentos padronizados para condução dos processos administrativos de responsabilização; 2. Ausência de registros das intercorrências durante a execução contratual.	1. Cerceamento dos direitos dos licitantes pela falta de razoabilidade na aplicação das penalidades; 2. Não apuração da infração e não aplicação de penalidade; 3. Descumprimento, por parte dos agentes públicos, do dever de apurar.	alto	alto	alto	1. Prover orientações expressas e objetivas sobre a condução do processo administrativo, para fins de apuração de descumprimento contratual e de aplicação de penalidades; 2. Definir estratégias de segregação de poder decisório, para evitar que um único agente público fique responsável pela condução do processo administrativo.	1. Registrar descumprimentos contratuais para que a fiscalização/gestão de futuros contratos com a mesma empresa seja mais assertiva.	Contratante
Ausência de parecer jurídico ou de seus requisitos mínimos	MACROPROCESSO: CONTROLE	1. Falta de padronização/ checklist;	1. Deficiência no controle da legalidade dos procedimentos licitatórios; 2. Dano/prejuízo ao erário; 3. Retrabalho.	baixo	baixo	baixo	1. Adotar procedimento padrão e criar controles, como checklists e análises por pareceres técnicos; 2. Ratificar o parecer jurídico pelo superior hierárquico ou pelo responsável pelo setor de assessoramento jurídico.	1. Elaborar ou complementar o parecer jurídico; 2. Refazer, sanear, revogar ou anular o procedimento, conforme o caso.	Contratante
Ausência de parecer do órgão central de controle interno ou do órgão específico da unidade, ou falta de seus requisitos mínimos	MACROPROCESSO: CONTROLE	1. Falta de padronização/ checklist;	1. Deficiência no controle da legalidade dos procedimentos licitatórios; 2. Dano/prejuízo ao erário; 3. Retrabalho.	baixo	baixo	baixo	1. Investir em capacitação dos agentes públicos; 2. Adotar controles nos termos do art. 169; 3. Adotar procedimento padrão e criar controles, como checklists e análises por pareceres técnicos; 4. Ratificar parecer jurídico pelo superior hierárquico ou pelo responsável pelo setor de controle interno; 5. Regularizar os procedimentos internos e fixar competências.	1. Elaborar ou complementar o parecer; 2. Refazer, sanear, revogar ou anular o procedimento, conforme o caso; 3. Rescindir o contrato ou cancelar a ata de registro de preços, a depender do momento.	Contratante
Falha no sistema de controles internos ou ausência de controles específicos	MACROPROCESSO: CONTROLE	1. Falta de padronização/ checklist; 2. Inobservância de normas e regulamentos internos.	1. Dano/prejuízo ao erário; 2. Retrabalho.	baixo	baixo	baixo	1. Capacitar os agentes públicos; 2. Adotar procedimento padrão e criar controles, como checklists e análises por pareceres técnicos; 3. Regularizar os procedimentos internos e fixar competências.	1. Refazer, sanear, revogar ou anular o procedimento, conforme o caso; 2. Rescindir o contrato ou cancelar a ata de registro de preços, a depender do momento.	Contratante

Mapa de calor para a auferição da appetite a risco

IMPACTO	5	Extremo	5	10	15	20	25
	4	Alto	4	8	12	16	20
	3	Médio	3	6	9	12	15
	2	Baixo	2	4	6	8	10
	1	Muito baixo	1	2	3	4	5
			Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Extremo
			1	2	3	4	5
			PROBABILIDADE				

Legenda dos níveis de aceitação dos riscos (apetite a riscos)

Apetite a risco	Escala	Peso
Inaceitável	Extremo	5
Alto	Alto	4
Tolerável	Médio	3
Baixo	Baixo	2
Muito baixo	Muito Baixo	1

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO MAPA DE RISCOS

Certifica-se que a elaboração do mapa de riscos do presente documento, materializa e contempla o gerenciamento de riscos da presente contratação e que o mesmo cumpre as disposições da Lei Federal nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), bem como do Decreto municipal nº 3.001/2023 (Regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21 no Município de TarumãSP).